



Número: 5028250-29.2024.4.03.6100

Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Órgão julgador: 6ª Vara Cível Federal de São Paulo
Última distribuição : 17/10/2024
Valor da causa: R\$ 2.000,00
Assuntos: Atos Administrativos
Objeto do processo: PRIORIDADE: INTERDITADO RICCARDO STEINBERG.
Nível de Sigilo: 1 (Segredo de Justiça)
Justiça gratuita? NÃO
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
RENATO CANTARELLI (REQUERENTE)	
	EDILTON ALVES CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO)
MONICA DE LION BONELLI CANTARELLI (REQUERENTE)	
	EDILTON ALVES CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO)
RICCARDO STEINBERG (REQUERIDO)	

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP (FISCAL DA LEI)	
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
516554119	12/01/2026 14:30	Edital	Edital



PODER JUDICIÁRIO
6ª Vara Cível Federal de São Paulo

Avenida Paulista, 1682, Bela Vista, São Paulo - SP - CEP: 01310-200
<https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual>

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA(156)Nº 5028250-29.2024.4.03.6100

REQUERENTE: R. C., M. D. L. B. C.

ADVOGADO do(a) REQUERENTE: EDILTON ALVES CARDOSO JUNIOR - SP239858 ADVOGADO do(a)

REQUERENTE: LEONARDO AUGUSTO SIMARELLI - SP447828

REQUERIDO: R. S.

FISCAL DA LEI: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP

EDITAL CONHECIMENTO DE TERCEIROS

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) Nº 5028250-29.2024.4.03.6100

REQUERENTE: RENATO CANTARELLI, MONICA DE LION BONELLI CANTARELLI

Advogados do(a) REQUERENTE: EDILTON ALVES CARDOSO JUNIOR - SP239858,
LEONARDO AUGUSTO SIMARELLI - SP447828

REQUERIDO: RICCARDO STEINBERG

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS REFERENTE A TRANSCRIÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA, COM PRAZO DE 06 (SEIS) MESES, NA AÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM DE Nº **5028250-29.2024.4.03.6100**.

A DOUTORA DENISE APARECIDA AVELAR, JUÍZA FEDERAL TITULAR DA 6ª VARA CÍVEL FEDERAL DA 1ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO, NA FORMA DA LEI:

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 13.11.25 foi julgado procedente o pedido para determinar que a sentença de interdição de nº 0068-2019-ECIV-00024, da Sexta Sala de La Cámara Civil Y



Comercial Del Juzgado de Primera Instancia Del Distrito Nacional Especializada em Asuntos de Família do Poder Judiciário da República Dominicana, expediente nº 0068-2017-ECIV-01106, homologada no âmbito do procedimento HDE nº 9688/DO (2024/004085-0) do C. STJ, produza seus regulares efeitos em território nacional. Assim constou do seu dispositivo: "PRIMEIRO: Aceita o pedido de Declaração de Interdição Judicial formulado pela Sra. Mônica de Lión Bonelli Cantarelli, através de requerimento recebido em 19 de julho de 2016, através de seus advogados constituídos e as conclusões do Ministério Público, contra o Sr. Riccardo Steinberg, pelas razões expostas; consequentemente: A) DECLARA a interdição judicial do Sr. Riccardo Steinberg, portador da carteira de identidade nº 402.2520015-9; B) NOMEIA como TUTOR ao Sr. Renato Cantarelli, portador da carteira de identidade nº 402-2009176-9, e como protutora À Sra. Sandra Isabel Patín Muñiz, portadora da carteira de identidade e eleitoral nº 001-0144654-0, do Sr. Riccardo Steinberg, para cumprir suas responsabilidades e nos termos da lei e como membros do conselho de família ao Sr. Yubelk Alvarado García, portador da carteira de identidade e eleitoral nº 001-1375524-3, Ligia Altagracia Patin Muñiz, portador da carteira de identidade e eleitoral nº 001-1310159-6, Reynaldo Marte Cabrera, portador da carteira de identidade e eleitoral nº 001-1443975-5 e Ruth Felicia Lorenzo Medina, portadora da cédula de identidade e eleitoral nº 001-1318396-6, conforme indicado acima. SEGUNDO: ORDENA o cumprimento do disposto no artigo 501 do Código Civil, conforme expresse nesta decisão. Terceiro: ORDENA que esta decisão seja notificada ao Sr. Riccardo Steinberg e ao Ministério Público do Distrito Nacional, para cumprir as disposições legais correspondentes. QUARTO: COMISSIONA ao Boanerge Pérez Uribe, Oficial do Estado desta Câmara, para fins de notificação ordenada por esta decisão. (...)" O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.

E, por decisão judicial, foi determinada a expedição do presente edital, nos termos acima.

DADO E PASSADO NESTA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 12 de janeiro de 2026.

DENISE APARECIDA AVELAR
Juíza Federal

